

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

NATHÁLIA DE OLIVEIRA

O POTENCIAL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

FLORIANÓPOLIS

2022

NATHÁLIA DE OLIVEIRA

O POTENCIAL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social do Centro Sócioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Profa. Dra Simone Sobral Sampaio.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Nathália
O potencial da Literatura na constituição da Cidadania /
Nathália Oliveira ; orientador, Simone Sobral Sampaio,
2022.
50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Literatura. Sujeitos de Direito.
Direitos Humanos. Cidadania. Desigualdade Social. . I.
Sobral Sampaio, Simone. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

NATHÁLIA DE OLIVEIRA

O POTENCIAL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 27 de julho de 2022.



Documento assinado digitalmente
Andrea Marcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Data: 05/08/2022 16:30:37-0300
CPF: 659.378.059-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Coordenadora do Curso



Documento assinado digitalmente
Simone Sobral Sampaio
Data: 05/08/2022 09:44:48-0300
CPF: 517.302.781-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Simone Sobral Sampaio
Orientadora UFSC



Documento assinado digitalmente
Beatriz Augusto de Paiva
Data: 05/08/2022 14:34:35-0300
CPF: 814.092.817-87
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva
Avaliadora UFSC



Documento assinado digitalmente
HELOISA TELES
Data: 05/08/2022 11:56:20-0300
CPF: 007.314.250-65
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Heloísa Teles
Avaliadora UFSC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela contínua presença, força e proteção.

À minha mãe, por não medir esforços para investir em minha carreira escolar e acadêmica, pelo apoio e compreensão incondicional aos meus sonhos e por me ensinar o valor da luta, do estudo e da dedicação.

Ao meu antigo Colégio Madre Imilda, pela oportunidade de ser bolsista em um lugar que moldou grande parte de quem eu sou hoje.

À UFSC, pela oportunidade de participar de diversas atividades acadêmicas que tantos conhecimentos e experiências me agregaram e ampliaram a minha visão de mundo.

Às professoras e professores do Departamento de Serviço Social, que seguem fortalecendo esta caminhada contínua por uma educação emancipadora, gratuita e de qualidade.

À minha orientadora, prof. Dra. Simone Sobral Sampaio, pelo aprendizado, incentivo, diálogo e toda construção coletiva que tornou possível a concretização deste trabalho. Obrigada por acreditar no meu potencial.

Ao Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS), por toda convivência, socialização de conhecimentos e oportunidade de participar das atividades de estudo e pesquisa, qualificando minha análise crítica através dos projetos vinculados ao Núcleo.

À minha turma 2017.2, pelas muitas experiências e reflexões coletivas que certamente contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Somam-se aqui muitos outros amigos e familiares que torceram por esta conquista, mas que, no entanto, estas páginas não são suficientes para enumerá-los. Assim, estendo o meu muito obrigada a todos que colaboraram, de alguma maneira, para que este Trabalho de Conclusão de Curso se tornasse uma realidade.

*Os livros que o mundo chama de imorais
são os livros que mostram ao mundo a sua
própria vergonha.*

Oscar Wilde

RESUMO

Compreender quem são aqueles que não têm direito à arte e à literatura, demonstrar os limites do direito inalienável aos bens culturais e analisar a relação entre desigualdade social e consolidação da cidadania no desenvolvimento do imaginário social de cada indivíduo são os pilares de estudo que sustentam este Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, realizou-se estudos no sentido de apreender a estrutura e a dinâmica da formação social brasileira, compreendendo as situações que privam as pessoas de acessarem a sua relação com a arte. A metodologia utilizada ancora-se no método crítico dialético, capaz de englobar os processos sócio históricos pelos quais a realidade concreta transita. Assim, as análises de Antônio Cândido foram fundamentais a este trabalho, uma vez que este autor analisa a Literatura por meio da dialética. O que se busca é, portanto, apontar a Literatura como uma figura de pensamento que alimenta a reflexão crítica, mas que, na mesma via de mão dupla, tampouco possui seu acesso democratizado. Sobretudo, evidenciou-se que a Literatura relaciona-se com uma perspectiva crítica de cidadania, pois ela é capaz de incorporar as contradições da realidade social e desenvolver um novo direcionamento que não o da ideologia dominante e, sendo assim, é inviável discorrer sobre a possibilidade de usufruir a literatura sem recorrer à compreensão da desigualdade social e da divisão social do trabalho. Por fim, ainda que o Serviço Social não seja a matéria de análise deste Trabalho, é legítima a preocupação em fomentar o impacto intelectual que o acesso à Literatura pode oferecer para uma categoria profissional eminentemente interventiva.

Palavras-chave: Literatura. Sujeitos de Direito. Direitos Humanos. Cidadania. Desigualdade Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O CONCEITO DE LITERATURA	15
2.1 BENS COMPREENSÍVEIS E INCOMPREENSÍVEIS	18
3 A PERSPECTIVA DE CIDADANIA	24
3.1 OS SUJEITOS DE DIREITO NA LITERATURA	33
3.2 FRUIÇÃO DA LEITURA E DESIGUALDADE SOCIAL	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Instrumento que apoia e reinventa o desenvolvimento da sensibilidade, do senso crítico e da capacidade argumentativa, a Literatura surge como convite à liberdade de interpretação e de expressão. Logo, é através dela que a grande memória coletiva do imaginário humano é perpetuada. O seu grande arsenal permite cumprir sua função universalizante de colaborar com a interpretação e o sentido da existência humana e da vida em sociedade. Sendo assim, este trabalho possui como escopo a pesquisa acerca do Direito à Literatura enquanto bem que humaniza e incide na ampliação e na consolidação de uma cidadania plena.

Em relação à Literatura – enquanto elemento enriquecedor da nossa humanidade – é possível considerá-la um bem sem o qual nenhuma pessoa consegue viver sem usufruir e, portanto, um Direito? Se sim, do que depende a sua garantia? Explicar essas questões é o que direciona as motivações de quem redige. Sendo assim, o presente trabalho possui como tema a Literatura e a desigualdade social. O objeto de pesquisa foi definido como o potencial da Literatura na constituição da cidadania, tendo como objetivos específicos de pesquisa compreender quem são aqueles que não têm direito à Literatura e demonstrar os limites do direito inalienável à Literatura.

No debate do Serviço Social, a ampliação e a consolidação da cidadania são consideradas tarefas primordiais para a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos, o que implica na autonomia, na emancipação e expansão dos indivíduos sociais. Dessa forma, ao se tratar de Direitos Humanos, Antônio Candido (1995) trata da Literatura como toda forma de arte representada, e a define de forma indispensável para o ser humano, capaz de criar a capacidade de fabulação. Entretanto, no próprio Serviço Social, quando se fala em Proteção Social¹, esses bens acabam ficando, em diversos momentos, escanteados.

Em consonância com os pressupostos básicos da direção social inscrita no Código de Ética do Serviço Social de 1993, entre eles: a luta pela universalização de direitos sociais, o compromisso com a classe trabalhadora, a efetivação dos direitos humanos, a liberdade religiosa, sexual e de gênero e entre outras, busca-se apontar a Literatura como uma figura de pensamento que alimenta a reflexão crítica, mas que, na mesma via de mão dupla, tampouco possui seu acesso democratizado. Nesse sentido,

¹ A proteção social provê os básicos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e também da sociedade, visando ao atendimento de necessidades básicas.

pretende-se analisar em que medida pode-se contar com a Literatura para impelir na emancipação humana dos sujeitos, no sentido de potencializar a construção de suas existências como sujeitos de direitos.

Assim, evitando qualquer postura acrítica e a-histórica, sem marcos analíticos e sem identidade, defende-se a necessidade de uma cultura que compreenda e combata o sofrimento e as desigualdades. Com isso, três objetivos de estudo são importantes para sustentar o que vem sendo posto: compreender quem são aqueles que não têm direito à literatura; demonstrar as possibilidades da Literatura como um direito; analisar a relação entre desigualdade social e consolidação da cidadania no desenvolvimento do imaginário social de cada indivíduo e situar alguns dos desafios para consolidar, na realidade brasileira, uma relação democrática entre a Literatura e a sociedade, uma vez que esta realidade se desenvolveu dentro de uma gaiola de variadas formas de exploração de raiz étnico-racial, de gênero, cultural, política e religiosa que acentuam, constantemente, a exploração econômica, ecoando, portanto, diretamente no objeto de trabalho de assistentes sociais.

A partir do momento em que se compreende o Serviço Social como advindo dessa realidade e ao mesmo tempo atuante nela, tendo em vista que se configura como uma profissão forjada na estrutura e na dinâmica de classes, é necessário se aprimorar dos meios que reforçam a possibilidade de impulsionar a justiça social e o compromisso com o pleno desenvolvimento humano: isto é, fomentar meios, especialmente através do debate livre e informado e de processos de transformações culturais, que venham superar o modo espontâneo e irrefletido de conhecer. Assim, parte-se do pressuposto de que qualquer forma de arte humaniza o homem, e que a Literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. (CANDIDO, 1995).

Para contextualizar, a profissão de Serviço Social tem como referencial um Projeto ético-político que orienta a formação e o exercício profissional, expresso na Lei de Regulamentação da profissão Nº 8.662/1996, no Código de Ética profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPPS de 1996². Conforme explicitado por Netto (2006), os projetos profissionais são coletivos e vinculam-se a projetos societários. Posto isso, o Projeto ético-político do Serviço Social defende uma nova ordem societária, despreendida dos valores capitalistas, livre de injustiças sociais e “em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos bens e

² As Diretrizes Curriculares da ABEPSS foram aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação através da Resolução Nº 15 de 13 de março de 2002.

serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993). Para além, o Código de Ética do Serviço Social de 1993 destaca entre seus princípios fundamentais o compromisso dos (as) assistentes sociais em contribuir com o aprofundamento da democracia, com a defesa e ampliação dos direitos das classes trabalhadoras, da justiça e da equidade social, superando as relações exploratórias do sistema capitalista.

No Brasil, a desigualdade social expressada pela falta de bens materiais e de condições adequadas de moradia, transporte, saneamento, saúde, cultura, segurança pública e outros, é atravessada também por uma perspectiva de desigualdade menos concreta, material e estrutural: a perspectiva que consiste em sofrimentos subjetivos e menos tangíveis no plano quantitativo, mas que afetam a disponibilidade de lidar com o mundo e com outros indivíduos. Assim, os sentimentos como solidão, vergonha, humilhação, estigmas e entre outros são expressões de sofrimento social e psíquico e, quais sejam, inferem na integridade espiritual dos seres humanos (CANDIDO, 2004). Nesse sentido, Marx e Engels afirmam que: “O homem cheio de preocupação, necessitado, não tem sentidos para o mais belo espetáculo” (MARX; ENGELS, 1971, p. 50).

Entende-se que quem não possui bens materiais é automaticamente excluído dos direitos básicos que são essenciais à vida. Nesse sentido, Candido³ (1995) reflete sobre estes bens e os chama de incompreensíveis. Todavia, o ser humano também precisa dos bens compreensíveis que os são negados, ainda que sejam tão necessários quanto os primeiros, uma vez que faz as pessoas serem capazes de exercitar a reflexão, o senso da beleza, a capacidade de interagir com o outro, a percepção do mundo e o humor, impactando na sua humanização. Posto isso, infere-se que a luta pelos direitos humanos deve abranger, sobretudo, a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes meios e níveis de cultura.

A metodologia de análise que será utilizada neste trabalho ancora-se no método crítico dialético, capaz de englobar os processos sócio históricos pelos quais a realidade concreta transita. Nesse caso, a realidade que será investigada é a brasileira, marcada pela desigualdade social e, portanto, uma realidade absolutamente conflitiva em relação às potencialidades emancipatórias do qual a literatura cumpre papel decisivo. Ou seja, buscou-se o respaldo de uma abordagem teórico-metodológica que se aproximasse de uma explicação da totalidade dos acontecimentos societários. Assim, o principal

³Antônio Cândido lecionou Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e na Universidade de Paris. Na USP, foi professor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Foi ainda professor visitante de Literatura Brasileira Comparada na Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

objetivo ao escolher esse método de análise é distanciar-se de qualquer postura neutra ao se chocar com as contradições da realidade social. Assume-se postura crítica, uma vez que o direito aqui interpelado é o direito negado.

Importa destacar que a teoria é o processo analítico do sujeito na relação de conhecimento que envolve o seu objeto de estudo, sendo a expressão pensada daquilo que se estuda, e não simplesmente uma abordagem a partir de frágeis conceitos elaborados previamente. Assim, uma das categorias de análise utilizada é pensar a literatura como direito. Tendo em vista que o presente objeto de estudo diz respeito à análise das possibilidades de encontrar no direito humano à Literatura ferramentas essenciais de constituição de habilidades emancipatórias. Na prática social, o presente estudo permite fixar no plano da teoria as contradições e as mediações que constituem o presente objeto. Desse modo, como escolha da autora, o texto que será ofertado ao leitor é feito com o esforço de dialogar a partir da teoria social crítica.

Ao se tratar de uma metodologia dialética refere-se essencialmente à contradição e, portanto, ao fato do objeto de pesquisa não possuir uma definição simples, tampouco acabada, o que justifica o intuito de não esgotar os estudos sobre a temática, mas sim apontar considerações de maneira breve e introdutória. Por fim, aponta-se que o método materialista histórico e dialético é utilizado como lente de análise, pois parte do pressuposto de que a história da sociedade acontece a partir da análise das contradições da realidade social.

Além disso, o que se pretende analisar é também a relação entre desigualdade social e o cerceamento do imaginário, ou seja, as evidências estruturais que consequentemente constroem o que já foi mencionado como processo de humanização. De acordo com Charles Wright Mills (1980), para que ocorra o processo de humanização, o imaginário também é fundamental, pois ele oferece as ferramentas que estabelecem conexões entre a biografia individual dos sujeitos e a situação estrutural de desigualdades do coletivo, compreendendo seus aspectos sociais. Todavia, este trabalho parte da compreensão de que esse imaginário, tendo em vista as assimetrias sociais, é elaborado a partir de um *eu* que é constantemente mutilado através da vigilância e do controle (GOFFMAN, 2015), que priva o imaginário humano e as possibilidades de autonomia e emancipação humana dos sujeitos.

Na sociedade brasileira, por exemplo, existem políticas pontuais para diminuir essa discrepância do acesso à literatura. Entretanto, o grande número de teatros, casas de show, bibliotecas, centros culturais e museus concentram-se nos grandes centros, e um número irrisório ou nada nos locais periféricos. Desse modo, o trabalhador é segregado

e alienado da arte, pois de acordo com Darcy Ribeiro (1997), nunca houve no Brasil um povo livre, autônomo e emancipado. O que existe é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma classe minoritária, porém dominante, ao ameaçar e afastar qualquer forma da ordem social vigente. Com isso, apreender a estrutura e a dinâmica da formação social brasileira também reforça a importância de entender essa realidade a partir de quem a vivência, compreendendo as situações que privam as pessoas de acessarem a sua relação com a arte.

Para tanto, as análises de Antônio Candido são fundamentais a este trabalho, uma vez que este autor analisa a literatura por meio da dialética. Para Candido, a Literatura é um fator imprescindível da humanidade. Assim, a humanização é entendida como o processo que confirma no homem os traços considerados essenciais, tais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida e o entendimento da complexidade do mundo e dos seres. Além disso, Candido aponta que não há povo e não há homem que possa viver sem a Literatura, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. (CANDIDO, 1995).

Há a necessidade de apresentar uma primeira ressalva ao leitor: neste trabalho não serão feitos estudos sobre a teoria literária em si, pois o que move a temática da literatura no presente trabalho não é entender os milhares de estilos, fontes e gêneros dos textos literários – o que interessa não são os aspectos determinantes para a literatura, mas sim compreender a sua força como um direito. Como segunda ressalva, o leitor também não encontrará neste trabalho reflexões e análises sobre o que cabe ao assistente social fazer diante do direito à literatura ou o que contribui ao trabalho profissional do Serviço Social, pois a matéria prima de investigação não é indagar o Serviço Social, mas a literatura. Todavia, ainda que o Serviço Social não seja a matéria de análise deste Trabalho de Conclusão de Curso, certamente foi a graduação neste curso que despertou em quem redige indagar e refletir sobre o potencial da Literatura na constituição dos sujeitos como um direito humano.

Adiante, ao que concerne à pertinência do tema em relação ao Serviço Social, pontua-se que o mesmo trata de propiciar às pessoas, num constante e permanente processo, uma nova posição face ao desenvolvimento de suas potencialidades e de sua capacidade criadora, compreendendo a Literatura enquanto figura de pensamento que alimenta a reflexão crítica. Ou seja, trata de permitir aos sujeitos uma visão crítica da sociedade, bem como a compreensão da natureza contraditória das relações sociais e a

convicção de que é possível transformá-las. (AMMAM, 1997) – daí o diálogo com os pressupostos básicos inscritos na direção social da profissão.

Do ponto de vista estrutural, o Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo, *O conceito de Literatura*, trata de uma aproximação e reconstrução histórica sobre a própria constituição da literatura e seus movimentos na sociedade, no sentido de adentrar na ideia de que a Literatura está na mesma ordem de importância de outros direitos. Situando também aquilo que Antônio Candido define como Bens Compreensíveis e Bens Incompreensíveis. O segundo capítulo, *A perspectiva de Cidadania*, discute a respeito do entendimento sobre a definição de cidadania, analisando também quem são os sujeitos de direitos a partir da própria literatura.

Por fim, em relação às motivações de quem redige ao escolher o presente tema, pode-se mencionar o apreço pela leitura de obras – nacionais e internacionais – e, especialmente, as obras que incorporam as contradições da realidade social, isto é, que tratam das expressões da questão social: objeto de trabalho do Serviço Social. Por meio disso, o que se busca é defender a democratização do acesso ao livro e outros bens culturais, na medida em que se acredita que os desdobramentos e as possibilidades deste acesso geram consequências reais e materiais na vida da classe trabalhadora, corroborando com as suas capacidades crítica-reflexivas e sua visão de mundo.

2 O CONCEITO DE LITERATURA

Do ponto de vista histórico cultural, foi na Grécia antiga que se localizou as primeiras sistematizações sobre aquilo que hoje se chama Literatura. Os gregos utilizaram a poesia e a construção de textos para dar origem ao que atualmente possui registro no mundo ocidental: a capacidade da arte em abordar as representações dos grandes problemas humanos e conflitos existenciais. É possível analisar a literatura da Grécia antiga como uma atividade integrada à vida cotidiana, como forma de exprimir sentimentos e emoções em comum, como forma de comunicação e entre outras diversas maneiras entrelaçadas à vida pública e coletiva. (LAJOLO, 1982). Adiante, foi pós a cristianização e com a expansão do mundo Grego que o conceito de Literatura começou a abranger outras formas de expressão e a cumprir novos papéis na vida coletiva e também individual.

Durante a Idade Média – momento em que se vivenciou rígidos padrões de organização social, em suma, a separação entre nobres e plebeus – os textos literários eram produzidos por poucos e consumidos pouquíssimos, especialmente os gêneros literários considerados nobres. Os principais motivos para este acesso restrito eram a proibição pela Igreja, que defendia que alguns poderiam imbuir ideias erradas nas pessoas, e o analfabetismo em massa. Com isso, os espaços artísticos da época eram limitados, não restando espaço para a expressão dos oprimidos, para a escravidão, ou o próprio autoritarismo e conservadorismo da Igreja. As obras que eram selecionadas como nobres e oficiais não fugiam de uma visão aristocrática da época, pouco repercutindo assim, naqueles que não faziam parte do clero e da nobreza. Todavia, esse cenário não permanece fixo ou imutável, pois

os textos a que a tradição reserva o nome de literatura, embora nascendo de uma elite e a ela dirigidos, não costumam confinar-se às rodas que detêm o poder. Transbordam daí e, como pedra lançada às águas, seus últimos círculos vão atingir as margens, ou quase. Seus efeitos, a inquietação que provocam, podem repercutir em camadas mais marginalizadas, mais distantes dos círculos oficiais da cultura. (LAJOLO, 1982, p. 64).

Ainda na Idade Média, o escritor costumava ser financiado por alguém e sua escrita possuía como objetivo agradar seu financiador. Esta forma de produção marcou a literatura e consolidou nela a marca de atividade luxuosa, caracterizando-a como atividade elitizada desde então. (LAJOLO, 1982). Na modernidade, com a ascensão da burguesia, esse acesso passou a ser, ainda que minimamente, mais democratizado,

principalmente através do jornal, do livro de bolso e de livros em formato de panfleto/folhetim. Nesse período histórico, pode-se mencionar que:

a literatura como prática e espaço da liberdade possível ao escritos do começo do século XIX é fecunda: faz o texto assumir, abertamente, a função de denúncia de uma vida social injusta, de reivindicação de uma nova ordem social. Em uma palavra, é a poesia das esquinas e dos comícios, da participação política praticada e vivida nos limites possíveis do sisudo tempo de afirmação da burguesia. (LAJOLO, 1982, p. 71).

Contudo, ao se instalar como classe dominante, a burguesia passa a assumir novos hábitos culturais, ou seja, incorpora hábitos mais condizentes com os seus interesses econômicos e políticos, bem como com o seu lugar de dominância na sociedade, desfazendo-se de seus preceitos iniciais baseados no humanismo liberal. Nesse cenário, a Literatura passa a retratar uma sociedade que ela considerava injusta, “o que a chamada literatura realista vai propor, então, não constituirá exatamente numa novidade: o que ela inova é, como sempre, o conceito de realidade que instaura a sensação de ‘verdadeiro’ que ela quer dar ao leitor” (LAJOLO, 1982, p. 80). Posto isso,

é desse cruzamento do mundo simbolizado pela palavra em estado de literatura com a realidade diária dos homens que a literatura assume seu extremo poder transformador. [...] o mundo representado na literatura, simbólico ou realistamente, nasce da experiência que o escritor tem de uma realidade histórica e social muito bem delimitada. O universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e da recriação do segundo, é um universo que corresponde a uma síntese – intuitiva ou racional, simbólica ou realista – do aqui e agora que se vive. (LAJOLO, 1982, p. 65).

Pensar em Literatura é entender que a sua definição não é esgotada, e que tampouco possui respostas curtas e definitivas. Cada definição usada para se aproximar do seu significado envolve um conjunto de respostas que se complementa entre si e que, sobretudo, corresponde a um determinado tempo e contexto histórico. “É como se a literatura fosse um constante passar a limpo de textos anteriores, constituindo o conjunto de tudo – passado e presente – o grande texto único da literatura.” (LAJOLO, 1982, p. 46). Assim, falar de Literatura é falar em linguagem, isto é, o símbolo que diminui o espaço entre o nome e o objeto, que instaura realidades, funda os sentidos e intensifica ou atenua a relação do homem com o mundo. (LAJOLO, 1982).

Um aspecto analisado pela autora Marisa Lajolo (1982), diz respeito ao caráter criador que a Literatura possui. Para ela, a parte da Literatura que humaniza vem da sua natureza criativa, pois ela dá existência ao que, antes dela, não existia para cada um. Seu caráter criador também é justificado pela permanente incorporação de sua representação nas vivências do leitor. Contudo, a Literatura também descreve o cotidiano, o hoje e o agora, bem como a história vivida e sofrida pelos homens e, ainda que a criação de histórias utópicas transite nesse âmbito, a própria utopia é nutrida por uma imaginação que se fundamenta pela realidade.

Abarcar o conceito de Literatura envolve perguntas permanentes e respostas provisórias. A Literatura pode ser aquilo que cada um carrega consigo como seu significado subjetivo. Ela também pode ser considerada um espaço artístico, onde configura-se como um objeto social: mediada pela relação entre quem escreve e quem usufrui o que é escrito, daí sua razão de ser e natureza social. Dessa forma, a literatura iguala-se a qualquer produto produzido e consumido em moldes capitalistas.

Por fim, pode-se mencionar o caráter social de algumas definições que filtram o conceito de Literatura, uma vez que, ainda que se tente levar em conta uma definição universal, é necessário reconhecer a origem de classe que perpassa por este universo: “Se muitos documentos registram o que Horácio pensava da poesia, onde estão os documentos que registram o que pensavam dela a mulher e os escravos do poeta?” (LAJOLO, 1982, p. 49). Atualmente, não é possível descolar a Literatura da relação complexa com o contexto social em que ela nasce, circula e é consumida.

2.1 BENS COMPREENSÍVEIS E INCOMPREENSÍVEIS

*A literatura é o sonho acordado da
civilização*

Antônio Candido

Na concepção de Antônio Candido, há uma ideia de distinção entre bens compreensíveis e incompreensíveis que está ligada ao âmbito dos direitos humanos. Na análise do autor, certos bens são incompreensíveis, como a alimentação, a moradia, o acesso à saúde e entre outros. Já alguns bens são compreensíveis, entre eles estão, por exemplo, os cosméticos, os enfeites e as roupas supérfluas – assim, o valor de algo vai depender, em grande parte, da necessidade relativa que se tem dela. Contudo, definir a necessidade relativa de algo permeia, do ponto de vista social, a luta pelos direitos humanos. Candido lembra:

São bens incompreensíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompreensíveis [...] também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. [...] que só poderão ser consideradas bens incompreensíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora. (CANDIDO, 2004, p. 176).

Ainda, Candido escreve palavras interessantíssimas, que dizem:

Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque não estando acostumados a isso, não sentiam falta... Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompreensíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. (CANDIDO, 2004, p. 175).

Desse modo, quem redige o presente trabalho focou em observar o caráter humanizador e transformador da literatura, que é capaz de atizar a consciência crítica e ser propagadora de conhecimento para que os sujeitos economicamente vulneráveis, que constituem a maioria da população brasileira, possam usufruir para engrandecimento próprio. Outrora, é diante da desigualdade social presente na realidade brasileira que se deve o esforço que intui a presente monografia em angariar estudos que demonstrem a

injustiça na democratização do direito à literatura, para que deixe de ser privilégio de poucos. Nas palavras de Ecléa Bossi⁴ “no Brasil, a literatura é (relativamente) útil para os participantes do prestígio oficial de algumas instituições e é inútil para a imensa maioria da população, que nem chega a saber da existência dela. (BOSI, 1981, p. 09). No entanto, positivamente, Antônio Candido acredita que:

se as possibilidades existem, a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, apesar de tudo o que o nosso tempo apresenta de negativo. Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra. Inversamente, um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e no entanto não se empenhar nela. Mas de qualquer modo, no meio da situação atroz em que vivemos há perspectivas animadoras. (CANDIDO, 2004, p. 172).

Adiante, Candido interpreta que para o homem do povo “[...] ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio” (CANDIDO, 2011, p. 186). E, embora, considere manifestações importantes e nobres, assegura que “[...] é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas” (CANDIDO, 2011, p. 186). No entanto, a literatura tem sido um poderoso instrumento de educação e instrução, configurando-se como uma ferramenta intelectual e afetiva: “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de viver dialeticamente os problemas.” (CANDIDO, 2004, p. 177).

Nesse sentido, entende-se que quanto mais crítico um grupo, mais democrático e permeável, em regra. [...] Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuidade tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. (Freire, 1989, p. 95 apud Oliveira, 2004, p. 63). Desse modo, o que se busca aqui é apontar pilares que sustentam a defesa do direito à literatura, especialmente no sentido de não reduzi-la a uma forma básica de entretenimento – embora também seja um meio de prazer e de lazer –. Lombardi (1993, p. 354) apud Porfiro (1999, p. 13) afirma que:

Torna-se hoje, indispensável que as manifestações culturais busquem e, verdadeiramente, encontrem meios que promovam o aguçamento das consciências críticas ante a realidade da vida e do mundo, o que fortalecerá na busca das transformações necessárias. Desta maneira, cabe afirmar que o atraso cultural a que têm sido relegadas as massas proletárias, jamais lhes favorecerá o conhecimento e a adequação do pensamento à realidade, uma vez que sua realidade ignorante leva-as a

⁴ Foi professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

livro; IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais; V - promover e incentivar o hábito da leitura.

Menciona-se também que durante a XXVIII Conferência Geral da Unesco, em 1995, a escolha de um dia para comemorar mundialmente o livro recebeu a seguinte justificativa: “A Conferência Geral, por considerar que o livro vem sendo, historicamente, o elemento mais poderoso de difusão do conhecimento e o meio mais eficaz para sua conservação, [...] que toda iniciativa que promova sua divulgação redundará oportunamente não só no enriquecimento cultural de quantos tenham acesso a ele, mas no máximo desenvolvimento das sensibilidades coletivas em relação aos acervos culturais mundiais e à inspiração de comportamentos de entendimento, tolerância e diálogo.”

No ano de 2018, em comemoração ao Dia Mundial do Livro, a diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay, comentou que ao celebrar o livro, celebra-se também as atividades — escrita, leitura, tradução, publicação — através das quais o ser humano se eleva e se realiza; e celebra-se, fundamentalmente, as liberdades que as tornam possíveis. Ela define o livro como o ponto de encontro das mais essenciais liberdades humanas, nomeadamente a liberdade de expressão e de edição. Segundo ela, é dever da sociedade civil proteger estas liberdades no mundo inteiro, promovendo a leitura e a escrita para combater o analfabetismo e a pobreza, fortalecer os baluartes da paz bem e proteger e valorizar as profissões e os profissionais do livro.

A Literatura possui potencial de se articular como ferramenta de contra-hegemonia, especialmente na luta pelo reconhecimento dos Direitos Humanos. Marinho (2018, p. 251) aponta o poder da literatura como instrumento de reflexão: “o texto que dialoga com o leitor, que interroga e faz questionar, na maioria das vezes, tem a capacidade de despertar a sensibilidade, fazer refletir e criar conexões com a realidade.” Nesse viés, o que se busca é construir um debate acerca da literatura enquanto uma parte essencial da vida humana, levando em consideração a sua possibilidade questionadora e criadora de mecanismos de compreensão e de mudanças da realidade social (SCHERER, 2010).

Diante deste contexto, observa-se que a dimensão humana torna-se invisibilizada, significando uma valorização da lógica de mercado e do capital e uma desvalorização do humano. A luta pelo reconhecimento dos Direitos Humanos torna-se enfraquecida, haja vista que o sistema capitalista não contribui com a melhoria da distribuição da riqueza socialmente produzida. Historicamente, menciona-se que:

com o incrível progresso industrial aumentamos o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluimos dele as grandes massas que condenamos à miséria; em certos países, como o Brasil, quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria. (CANDIDO, 2004, p. 171).

A literatura também pode se constituir em uma dimensão da vida humana que tem a possibilidade de fortalecer processos sociais emancipatórios, na perspectiva da garantia de direitos, podendo servir de base para mudanças societárias. Para contextualizar, menciona-se que,

a leitura é uma prática social importantíssima para a realização pessoal ou profissional de qualquer indivíduo, pois através dela é possível adquirir e ampliar conhecimentos imprescindíveis nas diversas áreas do saber (ACAPED, 2010). Ela também aumenta a capacidade de pensar criticamente e de se expressar com relação aos acontecimentos mundiais e sobre si mesmo, contribuindo assim para a construção de uma nova forma de pensar e ver o mundo, e em consequência viver com mais plenitude a sua cidadania. Fatores esses importantíssimos principalmente quando tratamos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que geralmente agrega um público estereotipado como sujeitos pouco escolarizados, detentores de poucos conhecimentos, de baixa renda e com subempregos. (PELISER, p. 03).

Portanto, a Literatura é capaz de fazer o sujeito:

Abrir seus horizontes uma vez que, a partir de sua própria experiência de leitura, agiria sobre sua comunidade, teria condições para pensar sobre os fatos ocorridos ao seu redor, seria capaz de expor opiniões e buscar direitos. Pensaria criticamente a respeito de assuntos polêmicos tornando-se uma pessoa humanizada, um cidadão em busca de direitos. (DUARTE, 2016, p. 4).

Consequentemente,

a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. [...] a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em fase deles. É aí que se situa a *literatura social*, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades. (CANDIDO, 2004, p. 182).

Com isso, ela vai incidir diretamente no amadurecimento da consciência popular, influenciando o desenvolvimento de pensamentos críticos, uma vez que segundo Freire (1989, p. 09), “é preciso aprender a ler o mundo antes da leitura da palavra, pois desta forma a compreensão crítica será alcançada a partir das relações entre texto e contexto”. E, por fim, nas palavras de Candido (2004, p. 178): “ela não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver”.

3 A PERSPECTIVA DE CIDADANIA

Compreender o conceito e a noção de cidadania sob uma perspectiva crítica é tarefa mister para refletir acerca dos bens compreensíveis e incompreensíveis analisados por Antônio Candido. Há que se abordar a relação existente entre desigualdade social e consolidação da cidadania no desenvolvimento do imaginário social⁵ de cada indivíduo. Ao analisar o processo histórico-político do que hoje se chama de cidadania – que teve início na Grécia clássica –, percebe-se que, diferentemente da noção e da prática da cidadania entre os gregos clássicos, a modernidade trouxe uma certa tendência da cidadania à universalização e à garantia de direitos, ainda que limitada pelo modo de produção capitalista – o qual se caracteriza, fundamentalmente, pela antítese da democracia e da universalização de direitos, se opondo de maneira estrutural à efetivação de uma cidadania plena.

Igualmente, também será analisado o conceito de democracia – iminente ao de cidadania – enquanto expressão da soberania popular, no sentido de favorecer a emancipação humana. Pode-se pontuar que democracia e cidadania são expressões que carregam consigo processos históricos, isto é, em cada contexto historicamente determinado foram atribuídos a estas palavras conceitos e apreensões diferentes. Compreender, ainda que de maneira breve, o percurso do conceito e da reprodução destas palavras na sociedade moderna, é fundamental para explicitar a organização do movimento das relações sociais de maneira política, mas também econômica, e aproximar-se dos processos que visam transformações societárias e culturais.

Sabe-se que os gregos envolviam na ótica da cidadania apenas os direitos políticos. Contudo, no mundo moderno o entendimento de cidadania passou a estar ligada à ideia de direitos. Assim, a modernidade trouxe, em um primeiro momento, a ideia de direitos individuais, fundamentada especialmente pelo filósofo John Locke⁶, que acreditava que a principal tarefa governamental era garantir estes direitos naturais, considerados por ele direitos inalienáveis. Locke considerava como direitos inalienáveis o direito à propriedade, à vida e à liberdade. Assim, a base de seu pensamento passou a constituir parte do que hoje chama-se de ideologia burguesa, uma vez que o direito à propriedade implicava também no direito do proprietário aos bens produzidos pelo

⁵ O imaginário social se faz em torno de questões políticas, econômicas, filosóficas, religiosas e de tudo o mais que compõe a vida social.

⁶ Filósofo iluminista que viveu no século XVII e baseou seu pensamento na afirmação de que existiam direitos naturais.

trabalho assalariado – o que recriou uma nova forma de desigualdade entre os homens (COUTINHO, 1999). A ideia de que os direitos são naturais esconde que eles são históricos, e resultado de lutas sociais – sendo este o entendimento que orienta esta pesquisa.

Ao se pensar na modernidade, menciona-se o sociólogo e teórico T. H. Marshall como grande referência ao debate do conceito de democracia e cidadania. Ele definiu três níveis de direitos de cidadania: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais, respectivamente. Ao que concerne os direitos políticos, entende-se que a sua generalização, como por exemplo, o direito de votar e de ser votado, foi resultado da luta da classe trabalhadora (COUTINHO, 1999). Assim,

[...] as conquistas da democracia como afirmação efetiva da soberania popular, o que implica necessariamente o direito ao voto e à organização (em suma, o direito à participação), têm resultado sistematicamente das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente defendido e praticado pela classe burguesa. (COUTINHO, 1999, p. 09).

Já os direitos sociais são aqueles que:

permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. Esse mínimo, seguindo o que Marx já havia estabelecido em relação ao salário, não devendo ser concebido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido, sobretudo historicamente, como resultado das lutas sociais. (COUTINHO, 1999, p. 10).

No mundo moderno, os direitos sociais carregam uma bagagem errônea de equívocos e estereótipos sustentados principalmente pela ideologia burguesa. Além de terem sido negados por muito tempo – e ainda o são – com base no pensamento de que estimulariam a preguiça e violariam as leis do mercado, uma vez que o Estado passaria a interferir na economia para garanti-los. Nesse sentido,

entre tais direitos sociais, foi aquele à educação pública e universal laica e gratuita, o primeiro a ser reconhecido de modo positivo. [...] Mais tarde, sobretudo, em nosso século, muitos outros direitos sociais foram se consolidando (à saúde, à habitação, à previdência pública, à assistência etc.), terminando por gerar o que tem sido chamado de Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social. (COUTINHO, 1999, p. 10).

Ainda em relação aos direitos sociais, cabe mencionar que a sua transformação em direito positivo, ou seja, a sua presença nas Constituições, por exemplo, não é o bastante para torná-los efetivos. Assim, a luta para tornar permanente essa materialização é uma tarefa fundamental (COUTINHO, 1999, p. 11). Esse é, particularmente, o caso do Brasil, onde embora tenha ocorrido a conversão desses direitos sociais em direitos positivos, isso não foi o suficiente para garantir a sua plena efetivação na vida dos sujeitos. Contudo, ainda é importante assegurar o reconhecimento legal desses direitos, uma vez que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado.

Segundo Souza e Loureiro (2009, p. 175) “[...] cidadania é o direito a ter direitos, além do dever de lutar por estes. Não só isso, porém, cidadania também representa a necessidade de reconhecimento de novos direitos.” Todavia, a grande questão que ainda paira é: O que impede a efetividade e a materialidade desses direitos, que já são direitos positivados pela Constituição, de realizar-se de maneira plena na vida das pessoas? De acordo com Coutinho (1999, p.13), a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção de direitos democráticos que caracteriza a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital.

Para dialogar com as questões trazidas acima, o livro “Cultura de massa e Cultura popular”, de Ecléa Bosi, fornece preciosas reflexões. De acordo com Bosi, foi a partir da crise de 1929 que ocorreu uma forte preocupação em aprofundar estudos sobre a cultura de massa e os meios de comunicação, sobretudo com o intuito de manipular a opinião pública nos casos em que ela deveria se manifestar, como nas eleições – daí a importância de observar os efeitos que a imprensa, o rádio e o cinema poderiam exercer sobre o público. Nesse sentido, observa-se que os meios de comunicação de massa servem convenientemente à cultura popular, pois interessa à grande máquina funcional da ideologia capitalista que eles sejam interessantes aos seus preceitos. Ainda sobre cultura popular:

Antonio Gramsci formula a questão em termos de estruturas ideológicas da sociedade: ao lado da chamada cultura erudita, transmitida na escola e sancionada pelas instituições, existe a cultura criada pelo povo, que articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais. Há nesta última, é verdade, estratos fossilizados, conversadores, e até mesmo retrógrados, que refletem condições de vida passadas, mas também há formas criadoras e progressistas que contradizem a moral dos estratos dirigentes. (BOSI, 1981, p. 63).

Sabe-se que a ampliação da cidadania relaciona-se com a aquisição universal de bens culturais produzidos por séculos de cultura humanística. Hannah Arendt aponta que estes bens funcionam como instrumentos de ascensão social, uma vez que são conhecimentos necessários para ingressar e competir nas carreiras mais burocráticas (BOSI, 1981). E, portanto, não interessa à sociedade capitalista democratizá-los, mas sim utilizá-los como instrumentos de persuasão. Em seu livro, Ecléa também realizou uma pesquisa de campo sobre a leitura de operárias, em que o objetivo foi verificar a frequência de leituras no cotidiano das trabalhadoras. À medida que Bosi realizava as entrevistas, verificava-se a necessidade de aprofundar e investigar com maior clareza a problemática que rodeia e condiciona o fenômeno da leitura no meio operário.

Durante as entrevistas, Ecléa ilustra a apatia da situação operária em relação às leituras:

o operário, desgastado pelo número excessivo de horas (regulares e extraordinárias) de trabalho mecânico, passa o seu fim de semana entregue a uma considerável exaustão psíquica. Retrai-se dentro de casa onde, quando muito, lê jornais ou revistas e assiste a algum programa de televisão. (BOSI, 1981, p. 86).

Consequentemente, a carga de prazer e de experiência pessoal cai pesadamente na faixa de vida que não foi totalmente absorvida pelo trabalho. Por isso, o lazer⁷ torna-se uma busca de excitação para compensar a monotonia do trabalho e dar um sentimento de vivência (BOSI, 1981, p. 88). Uma operária de São Paulo ligava o seu desejo de leitura com o medo de que seu filho e as outras crianças continuassem como estavam. O receio dos livros sem proveito está sempre presente nas conversas com os trabalhadores. É preciso algo que enriqueça a vida e o trabalho, no dizer de um metalúrgico.

Evidencia-se, invariavelmente, um leitor de restritas possibilidades:

O isolamento social do operário, sua ausência das filas de cinema, teatro, das bibliotecas, encontra explicação nas seguintes limitações: jornada longa e intensa, transporte difícil, moradia distante, falta de centros recreativos e culturais e salário gasto com sobrevivência. (BOSI, 1981, p. 96).

⁷ Em sua pesquisa, Ecléa define lazer conforme o conceito de Joffre Dumazedier : lazer é o conjunto de ocupações nas quais o indivíduo pode se entregar de pleno agrado, seja para descansar ou para se divertir depois de ter se liberado de todas as suas obrigações profissionais, familiares e sociais.

Também ficou esclarecido na pesquisa de Bosi (1981) que a comunicação de massa espalha indiscriminadamente os símbolos de uma vida mais rica e mais feliz para uma sociedade em que o mérito está dissociado da recompensa social. Posto isso,

se a comunicação de massa cria uma aspiração comum, uma linguagem universal do sucesso, como explicar a pobreza? Como explicar o fracasso, senão pelo recurso das falhas do indivíduo em seu relacionamento com o meio, ou através da crença em forças cegas e superiores que transcendem a sua responsabilidade? (BOSI, 1981, p. 128).

O que se percebe é constantemente uma leitura afastada de palavras e de conhecimentos que viriam somar no desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma busca pelo exercício pleno de sua cidadania. O adensamento de leituras de fotonovela e revistas com tema domésticos, por exemplo, explica como o momento do lazer se torna um instante de recurso à vida imaginária. “O romance oferece uma evasão e compensação. O mesmo sistema que com finalidade mercantilista despoja suas tarefas de todo interesse e vida vai explorar comercialmente a necessidade de evasão.” (BOSI, 1981, p. 164). Assim, de acordo com a autora “os jornais, que lançam o leitor em direção à realidade, são menos lidos que as revistas e os livros. Neles, os interesses imediatos do leitor em geral são de fuga e de alheamento”. Isto é,

se os meios de massa são um convite à hipnose e não ao pensamento, isto decorre de diversos fatores [...] somente um sopro renovador poderia alterar o contexto, meio, mensagem e exercer em benefício da operária uma pedagogia visual. A fotonovela, por exemplo, subverteria sua função obscurantista. (BOSI, 1981, p. 145).

A leitura que move e comove a leitora operária de fotonovela não é, de forma alguma, uma busca de compensação qualquer, descolada de determinantes sociais, mas a de um correlato imaginário de sua específica posição no sistema social. Posição, esta, que revela carências econômicas, graves limitações culturais, e, sobretudo, a impossibilidade de transcender, pelos próprios esforços, o horizonte que sua classe a circunscreve (BOSI, 1981). A leitura que comove é aquela que consegue afastar a operária da realidade de vencer a cada dia a escassez e a fome, vencer a cada mês as dívidas para as roupas e para o alimento através de um salário cujo objetivo imediato é o de sobreviver.

A pesquisa também revelou que a maioria das entrevistadas lê somente jornal. Além disso, o teor das respostas revelou uma convivência mínima com os melhores temas da imprensa. “O desinteresse é a causa primeira da não leitura, seguido pelas causas habituais: falta de tempo, falta de dinheiro, vista doente, cansaço”. (BOSI, 1981, p. 145).

É possível que o preço dos jornais seja um dos fatores que contribuiu para dificultar sua difusão entre os operários. Para as camadas de remuneração mais baixa, o dispêndio com a aquisição diária de um jornal implica em desviar certa soma de dinheiro do orçamento doméstico. [...] Na escolha dos gastos a soma a ser desembolsada pela compra de jornais cede lugar a outros gastos determinados pelo nível cultural do trabalhador segundo suas preocupações e interesses. A leitura de jornais, enquanto forma de lazer ou busca de informações, é preterida em favor de outros tipos de recreação e comunicação. Mas, por outro lado, a leitura de jornais não é uma simples forma de recreação. Ela revela, de algum modo, o interesse pelas fatos da vida nacional. (BOSI, 1981, p. 147).

De maneira clara, evidencia-se que o lugar disponível para a arte é absorvido pelas formas de comunicação de massa que sugam o tempo liberado pelo trabalho. Também considera-se a impossibilidade material de contato com exposições de pintura, espetáculos, concertos e bibliotecas (BOSI, 1981). Ainda em relação à pesquisa de Ecléa Bossi sobre a leitura de livros, algumas das mulheres entrevistadas responderam:

É muito difícil pegar um na mão. Não compro porque é caro mesmo. Os homens que vendem na rua às vezes deixam em casa pra gente ler. Leio aí umas quatro páginas, mas eles logo no dia seguinte já vêm buscar o livro. Tenho que parar. [...] Não tenho quem me empreste, nem dinheiro para comprar. Nunca li livros, nenhum! Porque eu não encontro. (BOSI, 1981, p. 153).

O que fica evidente ao debruçar-se sobre a pesquisa de Bosi é o real potencial que existe na leitura – ainda que a leitura posta em circulação nos circuitos populares seja uma literatura pobre e estereotipada, diferentemente das leituras postas em circulação no circuito letrado, que encorajam a motivação e o enriquecimento pessoal e intelectual – todavia, esse potencial que a literatura aspira e que engloba interesses e desejo de conhecimento tampouco se realiza. O direito de usufruir de uma literatura que enriquece a condição humana enquanto civilização, que possui a capacidade de levantar esperanças, de alargar linguagens e consciência e que pressupõe motivação e enriquecimento pessoal é vedado por uma barreira econômica.

Portanto, há que se falar sobre a importância da concretização de direitos fundamentais – dos quais todo cidadão é titular – uma vez que aqueles que não usufruem de bens e serviços sociais sob a forma de direitos não são capazes de se desenvolverem como cidadãos ativos. Conforme a declaração das Nações Unidas, estes sujeitos não são capazes de desfrutar de uma vida prolongada e saudável, tampouco de conhecimento, liberdade política, participação social, direitos humanos garantidos e respeito a si próprio. Assim, longe de causar distorções entre o conceito de necessidades e de preferências ou de cidadãos e consumidores, é possível identificar necessidades humanas básicas que são comuns a todos. Além de serem objetivamente identificáveis, cuja satisfação poderia ser gerida e planejada de forma organizada e bem-sucedida. (PEREIRA, 2006). Assim,

Marx estava convencido de que a tentativa de limitar a natureza humana à dimensão biológica ou mesmo econômica e material constituía um sério equívoco. Para ele, haveria que se levar em conta necessidades propriamente humanas que, alicerçadas na consciência da liberdade, ensejariam aos homens a busca da libertação da fatalidade natural. Assim, da essência humana constam não apenas a sobrevivência, mas também qualidades como trabalho, sociabilidade, universalidade, autoconsciência e a liberdade. (PEREIRA, 2006, p. 59).

Com isso, menciona-se que embora possam ser infinitas e modificadas com o tempo, “as três oportunidades essenciais, para todos os níveis de desenvolvimento, são: desfrutar uma vida prolongada e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para obter um nível de vida decente.” (PEREIRA, 2006, p. 62). Em vista disso,

o desenvolvimento humano é entendido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como um processo de ampliação de oportunidades, no qual as pessoas, tanto individual como coletivamente, possam desenvolver todos os seus potenciais e levar uma vida produtiva e criativa conforme suas necessidades e interesses. (PEREIRA, 2006, p. 62).

Por conseguinte, a palavra cidadania vai envolver um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos, muitas vezes, negados. Nesse sentido, o que se quer demonstrar é a evidente existência de uma contradição entre cidadania plena e classe social, ou seja, a universalização da cidadania é incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Marx apontava claramente em sua teoria que os

indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas – de se apropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados.” (COUTINHO, 1999, p. 42). Portanto,

trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para permitir que as forças produtivas possam se desenvolver de modo adequado à emancipação humana; [...] trata-se de suprimir a dominação burguesa sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade. (COUTINHO, 1989, p. 25).

Segundo o historiador Jaime Pinsky (2003, p. 10) “[...] ser cidadão é também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos.” Já para Rivas (2007, p. 173) “[...] cidadania é uma condição que se manifesta na capacidade do indivíduo em participar plenamente da vida cultural de uma sociedade, trata-se de uma condição social que permite ao indivíduo desfrutar das oportunidades que a vida social propicia.”

Assim, apenas a utilização dos bens socialmente produzidos pelo conjunto de cidadãos é capaz de expressar uma democracia efetiva e, portanto, representar a efetivação de uma cidadania plena. De acordo com Coutinho (1999), a cidadania é essa capacidade dos indivíduos de acessarem os bens e todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social. Entretanto, como já pontuado, a realização da cidadania plena esbarra no poder estrutural do capitalismo, juntamente com o avanço avassalador de uma onda ultraneoliberal, amparada por uma ideologia deslegitimada que, por meio de falácias enganosas, limita a expansão de direitos sociais promove a regressão de direitos já conquistados. Assim, o avanço da cidadania é sempre um processo dinâmico, constante e, não raras vezes, sujeito a recuos diante de qualquer avanço. Com isso,

a modernidade continua a ter para nós uma tarefa: de prosseguir no processo de universalização efetiva da cidadania e, em conseqüência, na luta pela construção de uma sociedade radicalmente democrática e socialista, na qual - como disseram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista - "o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos" (Marx & Engels, 1956, p.43). (COUTINHO, 1999, p. 18).

Por fim, é necessário destacar que embora os direitos políticos, os direitos sociais e os direitos civis sejam conquistas da classe trabalhadora, pode ocorrer em determinadas conjunturas sociais, políticas e econômicas que essas conquistas não representem plenamente o seu potencial emancipatório, sobretudo diante da correlação de forças. Isso ocorre uma vez que as necessidades de reprodução do capital revertem a seu favor os resultados positivos da classe trabalhadora. Dessa forma, a concepção e a materialização destes direitos só terão sentido se influírem com base na intensificação das lutas sociais, bem como no estabelecimento de resultados favoráveis à classe trabalhadora. Ainda, infere-se que apenas uma sociedade sem classes é capaz de realizar a plena cidadania – que hoje limita-se ao campo do ideal.

3.1 OS SUJEITOS DE DIREITO NO INTERIOR DA LITERATURA

A partir do livro *Os Pobres na Literatura*, de Roberto Schwartz⁸, intenciona-se compreender quem é o sujeito de direito à Literatura de quem tanto se tratou nos capítulos anteriores. Assim, este item os analisará no interior da própria Literatura. O clássico livro de Schwartz é organizado a partir de obras de diferentes autores para construir uma imagem destes sujeitos. Localizar o pobre no escopo da Literatura partiu de um raciocínio tacanho para jogar luz às vidas destes sujeitos, percebendo como a sua imagem está sendo ofertada e ficcionalizada na Literatura. Sendo assim, “O leitor vai achar aqui estudos de todo tipo, unidos por uma questão comum: como se define e representa a pobreza nas letras brasileiras?” (SCHWARZ, 1982, p. 7).

Alguns dos autores reunidos por Roberto Schwarz criaram personagens que representaram a pobreza por meio de suas próprias visões de sociedade – de modo que o objetivo do livro não é somar pontos de vista em comum, mas deixar por conta do leitor as escolhas de seus ângulos de vista. Por esse motivo, ainda que a criação literária de alguns dos autores reunidos por Schwarz seja fundamentada em crenças do senso comum e em pensamentos políticos e críticos bastante adormecidos, infere-se que ao fazer este apanhado de modo algum o objetivo foi culpabilizar ou julgar estes escritores, tampouco afastá-los de sua subjetividade e determinantes de sua sociabilidade, tempo e espaço. O que se pretende é tão somente compreender como é descrito o sujeito pobre de direito à literatura. Uma vez que

boa parte da literatura brasileira contemporânea dedica-se à representação da nossa realidade social. Contar-se é contar também aquilo que nos cerca, nos dá forma, nos determina. É certo que nesse caminho o deslize ideológico é fácil e farto, com a apologia da classe dominante coroando com muito sincero esforço de representação da “vida brasileira.” [...] No entanto, a boa subjetividade poética pode ultrapassar os limites da representação ideológica, e deixar falar, dar voz, ao lado obscuro e dominado. (SCHWARZ, 1982, p. 197).

O estereótipo do pobre e sua caracterização atrelada às construções simbólicas desacreditadoras reflete o universo histórico e social a qual estes autores pertenciam. Logo, a imagem do pobre e a sua degradação física acabam por ser uma advertência para o equilíbrio do modelo social dominante. Ou seja, a utilidade do martírio do oprimido é justamente prevenir a desgraça do opressor.

⁸ Roberto Schwarz teve como mestre Antônio Candido, e em seus estudos recorre sempre à sua dialética.

As análises de Schwarz partem, então, da representação típica da pobreza social na Literatura, em que raras vezes essa pobreza e miséria são chamadas pelo seu nome, ou seja, sem a utilização do percurso de imagens e de rebuscadas frases retóricas. Nas palavras de Roberto Schwarz, o escritor Euclides da Cunha costuma aludir à questão da pobreza como uma relação que ocorre em decorrência do meio físico somado à *degeneração racial mestiça*. Ainda nas obras deste autor, a grande maioria do enredo é sempre descrito como se só houvesse pobreza no sertão, nunca na cidade. Assim,

os pobres são austeros e heroicos. Sujeitos a uma cultura da escassez, vivem com exiguidade de recursos, quanto à comida, roupas, habitação. Sua existência é dedicada a combater o meio inclemente, terra estéril, vegetação agressiva, secas, bichos. Tudo isso da tempera ao caráter. Pobreza, então, é virtude. [...] os pobres, que não existem fora do sertão, exibem costumes curiosos e pitorescos. Dão festas, criam músicas e poesia, têm superstições, praticamente uma religiosidade rústica. Pobreza, então, é folclore. (SCHWARZ, 1982, p. 52).

É perceptível o aspecto de expropriação do discurso do pobre presente na Literatura, o que é justificado pelo fato de que o pobre não é o sujeito do discurso sobre ele mesmo. Já do ponto de vista da nomenclatura utilizada para descrever estes sujeitos, pode-se mencionar que,

durante todo o período colonial, os homens livres pobres foram muitas vezes designados com a expressão ‘vadio’, e o seu modo peculiar de viver sendo classificado de vadiagem. Entretanto, nem sempre essa nomenclatura abarcou indivíduos desocupados: era vadio na colônia todo aquele que não se inseria nos padrões de trabalho norteados pela obtenção do lucro imediato, e grande gama de indivíduos entregue a atividades esporádicas e intermitentes se viu coberta por essa designação. (SCHWARZ, 1982, p. 09).

Já quando descritos como operários, adquirem a sua dimensão de realidade à medida que o autor não consegue individualiza-los, pois além de não terem nada de seu não têm quem os descubra como ser. A gritante exploração da miséria, permissível pelas condições de trabalho e da qual os atravessadores são consequência irrisória, é completamente abandonada no texto que apenas a descreve sem nomeá-las. No Brasil,

o pária sempre foi um motivo literário edificante. Não para ele, é claro, mas para os que viam no seu fracasso o remédio social preventivo contra os riscos a que estão expostos os homens de bem. Um breve apólogo de Bilac, um arremate de Castro Alves ou uma digressão acadêmica de Rui Barbosa valiam como tesouros no

figurino dos rapazes que se preparavam para serem homens na vida. Afinal, para não ser como o pária, para não viver da caridade pública, é que era preciso trabalhar, andar direito e garantir futuro.” (SCHWARZ, 1982, p. 68).

Se em algum momento foi pensado na dignidade desse sujeito, foi no intuito de explorá-la sob uma condição que não é a sua: a condição de sua cumplicidade em relação aos moralismos burgueses do trabalho, que tendem a humanizar o horror ao passo que fazem crer que a miséria honesta não é motivo para vergonha. Outro aspecto relevante encontrado nas descrições literárias é o conflito entre as diferentes expressões das camadas sociais – o ideário das camadas subalternas que esbarra na ideologia vigente. Fica explicitado o poder ideológico que se estende sobre os valores comportamentais e éticos da classe oprimida, que por vezes esvaziam-se dos seus valores autênticos para buscar repetir as atitudes da classe opressora. (SCHWARZ, 1982). Essa estrutura social é perpetuada no discurso do favor, uma vez que

reforça uma relação de dependência: os funcionários gravitam em torno de seus chefes, como em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, repetindo um discurso bastante bajulador. Confirmando, assim, a dificuldade de ruptura com o discurso ideológico [...] o saber autêntico não se constitui em valor ou forma de ascensão social. Pelo contrário, na medida em que contrarie o poder pode ser uma ameaça. (SCHWARZ, 1982, p.76).

Schwarz também traz considerações a respeito do escritor brasileiro *Lima Barreto*. Na Literatura, *Barreto* não é um escritor-proletário, mas é, certamente, por sua obra literária e jornalística e por opção ideológica, um dos escritos estritamente ligados aos pobres, aos trabalhadores e desempregados. *Lima Barreto* dizia não compreender que a Literatura consista no culto ao dicionário e tentava executar um ideal de linguagem que fosse inteligível a todos, para que, desse modo, todos pudessem chegar facilmente à compreensão daquilo que ele mesmo chegou (SCHWARZ, 1982). Ainda nos escritos de *Barreto*, o autor pontua que os sujeitos de direito são ofertados na imagem dos jovens do subúrbio, trabalhadores, homens e mulheres comuns e suas voltas no cotidiano, suas paixões e frustrações, onde a maior conquista é a sobrevivência. Nesse sentido, “são aqueles que a sociedade rejeita que constituem o centro do relato nos romances e contos, a elas se colando a visão condutora do escritor.” (SCHWARZ, 1982, p. 76).

Em *Lima Barreto*,

apesar da dureza com que o social é apresentado existe, porém, possibilidade de resgate da cidadania por uma forma de integração no espaço da cidade. A consciência adquirida coincide com uma percepção nova [...] como se conhecer a diferença entre o destino desejado e o destino possível só acontecesse ao se descobrir a necessidade de ocupar o espaço público que é seu. (SCHWARZ, 1982, p. 78).

No entanto, Schwarz (1982) aponta que a representação da vida dos personagens pobres, na grande maioria das obras literárias, parte do seguinte percurso: a) inicialmente, é uma vida em que se partilha dos valores socialmente dominantes, na medida em que reiteram o discurso ideológico hegemônico e tentam manter as ideias comuns a toda a sociedade, como emprego estável, casamento, filhos e entre outros; b), todavia, ao constatarem a impossibilidade de conseguir cumprir a trajetória de vida que é reservada somente à classe dominante, pela inexistência de iguais possibilidades, tomam consciência das desigualdades latentes. Posto isso,

nas relações do homem pobre e livre com as demais instâncias sociais e políticas do Brasil do século XIX, é revelada a impossibilidade desse homem vencer a brutalidade de sua alienação, na medida em que está inteiramente mergulhado no arbítrio da autoridade e da dominação pessoal. (SCHWARZ, 1982, p. 27).

De acordo com Schwarz, é na obra já amadurecida de *Oswald de Andrade* que – diferentemente do modo idealizado e mitificado como a literatura social produzia o sujeito pobre – foi possível para Oswald descrevê-lo como corajoso, valente e resistente às opressões. Em outros momentos também deixou claro “a ingenuidade e a ignorância do homem simples, tornando-o mais facilmente vulnerável à exploração da burguesia.” (SCHWARZ, 1982, p. 134). Ainda, *Oswald* conseguiu captar, a partir de pensadores clássicos, o movimento capitalista de condenar à pobreza e ao excesso de trabalho a maior parte da nação. Outra questão trazida pelo autor foi a submissão da soberania nacional às ordens do imperialismo estrangeiro.

A interpretação da miséria social que o capitalismo acumulou em sua ascensão fica evidente no livro *Vidas Secas* – romance escrito por *Graciliano Ramos* por volta de 1937, no momento em que a migração interna no Brasil começava a tomar vulto, especialmente do Nordeste para São Paulo – os personagens do autor possuem voz impotente e um imaginário abastecido por sonhos e desejos de um tempo melhor, como o tempo que traz o fim das secas, com trabalho e moradia estável e de onde a família não seja expulsa pelo latifundiário (SCHWARZ, 1982). Dessa maneira, *Graciliano*

Ramos faz emergir um aspecto relevante na vida destes sujeitos: a questão da hereditariedade. Isto é, a estreita ligação com que as condições concretas de vida dos pais ressoavam na vida dos filhos:

[...] esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (SCHWARZ, 1982, p. 152).

Clarisse Lispector em sua obra *A Hora da Estrela*, é mais uma autora trazida por Roberto. Em seu livro, *Lispector* questionou o mundo organizado e a cultura dominante, representando a estrutura interna do ser humano que é oprimido. Assim, ela personificou a pobreza radical em uma única personagem – *Macabéa*, que reunia em si a pobreza econômica, física, alimentar, intelectual, de saúde, de costumes e de lazer de acordo com os padrões dominantes. Além disso, “nem se dava conta de que vivia numa sociedade técnica onde ela era um parafuso dispensável. [...] e o espaço ocupado por ela era nenhum.” (SCHWARZ, 1982, p. 155). Consequentemente, “é como vive a vida o indivíduo separado de si mesmo em virtude das estigmatizações que o marginalizam e da imediatez das preocupações a respeito de sua subsistência. Na perda de sentido histórico para sua vida, aliena-se de si mesmo.” (SCHWARZ, 1982, p. 158).

Em *Monteiro Lobato*, a pobreza brasileira era apontada indiretamente, e a situação precária de determinados personagens do autor era atribuída ao latifúndio e ao sistema econômico que regia o estatuto agrário brasileiro. Suas análises, portanto, apontavam sempre a questão das condições de produção e das relações sociais instauradas por elas. De modo que “o imaginário era transpassado pela experiência da pobreza material da sociedade brasileira.” (SCHWARZ, 1982, p. 193).

Quatro *Romances de Cordel* foram escritos por *Ferreira Gullar* entre os anos de 1962 e 1967, que buscaram responder as seguintes perguntas: *Quem é o outro? Quem é o pobre?* Esses escritos focalizaram alguns tipos de brasileiros humilhados e ofendidos: o camponês a quem se nega trabalho; a doméstica seduzida e engravidada pelo patrão; o cantor cearense; o militante revolucionário; o trabalhador rural nordestino e entre outros que representavam situações sociais de injustiças.

Em *Quarto de Despejo* – livro em formato de diário escrito por *Carolina Maria de Jesus* em 1960 – a autora registrava seus dias – dentro de um ritual de fome-trabalho-sobrevivência – a sua vivência como moradora da favela do Canindé, catadora de papel e mãe. Assim, ainda que houvesse variações entre a descrição de seus dias, todas elas

convergiam para uma mesma estrutura: a narrativa persistente da fome e da pobreza nas formas mais concretas de suas manifestações. (SCHWARZ, 1982).

Os dias se repetem iguais na monotonia implacável de um dia de todos os dias: levantar cedo, ir buscar a água na única torneira que serve a mais de cento e cinquenta barracos iguais ao de Carolina, atender aos filhos, sair para a cidade em busca de papel, de lato, de ferro, sobrecarregar-se com o peso de seu transporte, vender a sucata recolhida nas ruas, comprar os alimentos que serão consumidos no mesmo dia e na proporção exata do pouco dinheiro obtido no trabalho de todo o dia. (SCHWARZ, 1982, p. 207).

Nessas condições, analisa-se que nas vidas desses sujeitos:

A mediação das relações entre necessidades básicas e a sua satisfação pelo trabalho tem um grau tão elementar e primário que o próprio trabalho, longe de entrar na dinâmica do processo de produção e de transformação das condições sociais de seus agentes, constitui apenas um fator de reprodução das hierarquias que lhe determinam a forma, dando-lhe como conteúdo uma total ausência de futuro social. Amanhã será como hoje, hoje é como ontem, ontem foi como todos os outros dias anteriores e futuros. (SCHWARZ, 1982, p. 208).

Escrever o livro foi a forma que a autora encontrou para romper com o mundo em que vivia, onde compartilhava situações de fome e privação com o meio social. Um mundo que manifestava opressão e limites diários de sobrevivência. O ponto de distanciamento entre *Carolina* e os outros moradores da favela em que morava foi a escrita de seu livro. *Carolina* viveu, então, como muitos outros pobres e negros no Brasil, com a contínua esperança de resgatar, através do prestígio intelectual, o prestígio social que nunca tivera. (SCHWARZ, 1982).

Ao final, aponta-se que, segundo Schwarz (1982), a Literatura Brasileira sempre foi terrivelmente elitizada no país. Todavia, a partir do movimento romancista – que trouxe consigo uma rebeldia contra o passado e uma preparação para o futuro, essa mesma elite passou a falar do povo. Assim, a produção literária, por várias razões, tem a sua circulação barrada nas classes sociais que não detêm nem compartilham o poder. Independentemente do assunto tematizado, a produção literária (ao menos a brasileira) sempre foi monopólio dos que detêm os instrumentos do trabalho literário. A produção escrita produzida, circulada, legitimada e consumida como literatura (em nosso país) é invariavelmente confinada às classes dirigentes. E, infelizmente, nesses escritos a presença ou não de pobres e sua representação talvez seja irrelevante.

3.2 FRUIÇÃO DA LEITURA E DESIGUALDADE SOCIAL

Esta seção inicia citando as palavras do literário Antônio Candido, que diz:

Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. Assim, o esforço para incluir o semelhante no mesmo leque de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos. (CANDIDO, 2004, p.).

Seguindo o pensamento de Candido, toma-se consciência da ausência de um senso coletivo que reconheça que aquilo que é considerado indispensável para nós é também indispensável para o próximo – pressuposto básico na luta pelos direitos humanos. Ou seja, “o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos.” (CANDIDO, 2004, p. 175). Contudo, na sociedade capitalista, a tendência que nos é imposta é justamente a contramão do que foi posto, isto é, a perspectiva de acreditar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CANDIDO, 2004).

Trata-se, portanto, dos impedimentos da materialização da nossa humanidade, que, por vezes se manifesta através da cultura e da socialização dos bens como a arte e a literatura. De acordo com Darcy Ribeiro (1997), o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da maior parte da população e submissa em atender interesses opostos aos seus, expressa a ausência de garantia da existência digna e do princípio da justiça social na ordem social e econômica do Brasil. Como efeito, o processo de inviabilizar ao próximo a dimensão da cultura é uma forma de violação de direitos humanos que não deve ser naturalizado.

Assim, os antagonismos da efetiva garantia dos direitos humanos e, em especial, do acesso à leitura, são as próprias condições necessárias ao modo de produção capitalista. Ainda que seja mister perseverar e acreditar na existência de um mundo mais justo e ético, a possibilidade, por exemplo, da democratização da leitura de fruição⁹, que perpassa a divisão das classes sociais, apenas seria viável com a utopia¹⁰ da universalização dos direitos.

⁹ Leitura de Fruição representa a possibilidade de desfrutar da leitura: ler pelo simples prazer de ler.

¹⁰ Conforme Fernando Birra: a utilização da palavra utopia significa a clareza da impossibilidade de sua plena realização na sociedade capitalista.

A relação estreita existente entre as categorias arte, literatura e sociedade é estudada a partir da compreensão de que ambas são produtos da sociedade revelando a própria sociedade, e que permitem refletir sobre o cotidiano de modo crítico, construindo conhecimentos sobre a sua própria realidade. Assim, “as produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão de mundo.” (CANDIDO, 2004, p. 182). Todavia,

[...] é certo que a arte, mesmo quando construída de modo crítico e engajado não será a forma de solucionar todas as questões no que tange a violação de direitos dos sujeitos, uma vez que tais violações são resultados de uma conjuntura macrosocial, com múltiplas determinações, que se baseiam na exploração, alienação e fragmentação de classes sociais. (SCHERER, 2010, p. 24).

Não obstante, o estereótipo do pobre na literatura cria uma barreira de reconhecimento como sujeito e fixação da sua imagem. Remotamente, no começo do século XIX, a literatura lançou como resposta ao impacto da crescente industrialização – que criou novas e terríveis formas de miséria – romances humanitários e sociais sobre a condição da classe operária. Especialmente na Inglaterra, os escritos de Engels foram pioneiros em descrever a nova situação do pobre. (CANDIDO, 2004). Assim,

o pobre entra de fato e de vez na literatura como tema importante, tratado com dignidade, não mais como delinquente, personagem cômico ou pitoresco. Enquanto de um lado o operário começava a se organizar para a grande luta secular na defesa dos seus direitos ao mínimo necessário, de outro lado os escritores começavam a perceber a realidade desses direitos, iniciando pela narrativa da sua vida, suas quedas, seus triunfos, sua realidade desconhecida pelas classes bem aquinhoadas. (CANDIDO, 2004, p. 185).

O que se quer dizer, portanto, é que quanto mais o leitor se identificar com o texto lido e quanto mais a leitura refletir a realidade vivenciada pelo leitor, este terá um diálogo mais intenso com o texto e conseguirá ter um posicionamento crítico mais eficaz. Algumas obras emblemáticas e atemporais que conseguiram ilustrar a pobreza como tema literário importante são *Os miseráveis*, de *Victor Hugo* e *Oliver*, de *Charles Dickens*. Em *Os miseráveis*, “é retratada a ideia de que a pobreza, a ignorância e a opressão geram o crime, ao qual o homem é por assim dizer condenado pelas condições

sociais.” (CANDIDO, 2004, p. 185). Em *Oliver*, o autor manifesta os problemas da violência contra a infância, como a violência sexual e a iniquidade dos orfanatos. Isso posto, reflete-se que a entrada do pobre nos escritos literários e o fato de começar a ser descrito com a devida dignidade, é um momento relevante para o avanço dos direitos humanos através da literatura.

Nacionalmente, as narrativas literárias românticas voltadas para o lado social e crítico ganharam força em meados de 1930 – aspirando ideias políticas e dando forte visibilidade para o povo oprimido e explorado. Com isso, a crítica começou a assumir um caráter investigativo, ligada aos direitos humanos. *Jorge Amado* e *Graciliano Ramos*, escritores brasileiros, contribuíram fortemente para isso. (CANDIDO, 2004). Sendo assim,

foi uma verdadeira onda de desmascaramento social, [...] para não falar de tantos outros (escritores) praticamente esquecidos, mas que contribuíram para formar o batalhão de escritores empenhados em expor e denunciar a miséria, a exploração econômica, a marginalização, o que os torna, como os outros, figurantes de uma luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 2004, p. 188).

Por esse motivo, infere-se a importância de escritoras contemporâneas, como por exemplo, *Carolina de Jesus*¹¹ e *Maria da Conceição Evaristo*¹² que produziram e produzem uma massiva diversidade de criação artística e literária e fazem com que as pessoas se enxerguem no texto lido, acreditando que suas histórias fazem sentido. *Conceição Evaristo* é uma exímia escritora do estado de Minas Gerais, que possui como matéria-prima literária a vivência das mulheres negras, trazendo base para reflexões sobre as profundas desigualdades raciais brasileiras. Conceição afirmou, durante uma entrevista para a Instituição Itaú Social, em que discutiu sobre o papel do texto, escrito ou oral, na evolução do indivíduo e no fortalecimento do coletivo, as palavras:

A literatura não é um texto histórico, ela não é um texto religioso, não é um texto sociológico, não é um texto pedagógico. Então, por não ser isso tudo, o texto literário tem essa capacidade de transitar aqui e ali. A literatura dialoga com várias áreas do conhecimento. E mais do que

¹¹ Carolina de Jesus é escritora e recebeu em 2021 o título de Doutora Honoris Causa da UFRJ. Em suas obras, a autora relata o seu cotidiano marcado pelo racismo, machismo e preconceito de classe – que reflete a realidade de inúmeras mulheres pretas e periféricas ao redor do Brasil.

¹² Maria da Conceição Evaristo é uma escritora e doutora em Literatura Comparada, nascida em Belo Horizonte. Atualmente é aposentada e teve uma carreira de sucesso como pesquisadora-docente universitária. De origem pobre e de etnia negra, Conceição traz em suas produções textuais a experiência da opressão e da exclusão na realidade brasileira.

isso, tem a capacidade de convocar as pessoas, de falar na sensibilidade das pessoas. Eu gosto muito de dizer isso: ninguém chora diante de um dicionário e as palavras estão lá, arrumadas bonitinhas. Mas elas só ganham sentidos, elas só te tocam se você transformar em uma vivência possível, que você já observou, até em uma ficção. (EVARISTO, 2020, p. 03).

Com esse pensamento, a autora deu origem ao termo denominado “escrevivência”, que representa a “escrita e a reflexão de nós”. Ou seja, é “diante das histórias que incomodam, que a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita que provoca a denúncia.” (EVARISTO, 2020). Dessa maneira, a escritora busca transformar tanto as memórias do passado, quanto o cotidiano das mulheres negras em histórias escritas, dando voz a inúmeras vozes que foram silenciadas.

Essa história silenciada, aquilo que não podia ser dito, aquilo que não podia ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. [...] E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível. Você brinca com as palavras para dar um soco no estômago ou no rosto de quem não gostaria de ver determinadas temáticas ou de ver determinadas realidades transformadas em ficções. (EVARISTO, 2020, p. 02).

Contudo, ainda que existam escritores (as) que escrevem com a capacidade de fazer a literatura transitar em todos os contextos sociais, não enquadrando em moldes estereotipados a pobreza que se organiza para transformar e compreender a sua realidade, por outro lado promover essa leitura, tanto a leitura de fruição como uma leitura direcionada para uma situação social concreta, esbarra diretamente no cotidiano e nas condições de vida pouco auspiciosos da classe trabalhadora. Para fundamentar o que está sendo escrito, menciona-se, novamente, a análise do livro *Cultura Popular e Cultura de Massa: Leituras de Operárias*, de Ecléa Bosi. O enredo do livro traz, a partir de uma pesquisa empírica, as leituras de cerca de 50 operárias, buscando entender que acessos têm ao imaginário, aos livros e como a sociedade industrial as privam da criação artística e literária. (MINDLIN, 2008). Ainda,

a escolha da leitura como veículo de comunicação foi intencional: o jornal, a revista e o livro exigem do consumidor uma certa opção inicial que aparece mais nítida do que na recepção em fluxo dos programas de TV e de rádio. Há um mínimo de volição do indivíduo

no ato de aproximar-se de uma banca, examinar o material exposto e comprar um determinado impresso. (BÓSI, 1981, p. 25).

O livro revela as condições de vida de mulheres operárias na indústria, enfrentando: trabalho monótono e repetitivo, tarefas simples e mal remuneradas, insegurança econômica e emocional, horas de trabalho doméstico acrescido ao de fábrica, e também as aspirações e os interesses. Além disso, Bossi traz questionamentos como *o que a cultura lhes oferece? É possível que os livros as façam enxergar melhor sua situação e imaginar formas de mudá-la?* De modo geral, foi analisado que as leituras que estão ao alcance dessas mulheres as induzem à fuga e à compensação de seu cotidiano, não revelando os problemas da sociedade e sua posição social enquanto operárias. (MINDLIN, 2008). “O trabalho cansativo não lhes permite ler mais que coisas leves, que as façam sonhar acordadas, gratificando aspirações de consumo material ou estabilidade afetiva.” (Mindlin, 2008, p. 30).

O que se torna relevante aqui é inteirar-se da cultura operária e seus significados:

Para quem serve a cultura e de onde parte sua criação? Não estará sendo imposta de cima para baixo às massas como uma indústria lucrativa, um objeto de consumo, ao contrário de uma cultura popular que expresse uma concepção de mundo do povo? Em vez de ser exercício de liberdade, jogo de criação, e de fornecer dados para uma crítica à sociedade, a cultura de massa adormece os indivíduos e ajusta-os à dominação econômica e ao trabalho fragmentado. (MINDLIN, 2008, p. 30).

Se existisse uma verdadeira cultura que fosse além da manutenção do status quo, ela seria voltada para o conhecimento e para a ação. Ou seja, de acordo com a autora Bossi, todas as produções voltadas para esse segmento deveriam ir além da visão reducionista dos estigmas e estereótipos que marcam esse segmento, para dar conta de reconhecê-los como pessoas que constroem e são construídos socialmente, com diferentes histórias de vida e participantes de distintos espaços sociais, com os quais desenvolvem relações dialéticas e dialógicas. (PELISER, p. 03).

Nesse sentido, para além da necessidade da cultura de entretenimento, é preciso também uma proposta de cultura que aponte o sofrimento não como uma fatalidade, mas como uma consequência imanente das desigualdades e injustiças. Todavia, não se tem como objetivo desvalorizar o direito de se permitir usufruir dos diversos meios que enriquecem a nossa humanidade por simples prazer, pois entende-se que “[...] reaprender a linguagem do prazer, reconhecê-la e desenvolvê-la na leitura é uma forma

de resistência a uma concepção utilitária (e burguesa) de leitura”. (LAJOLO, 1994, p. 27). Sendo assim,

o estudo, a análise e as reflexões que estão sendo feitos sobre o tema “leitura de fruição” tem uma contribuição social importante, pois entende-se que a leitura tem um grande potencial para ressignificar o processo formativo de jovens e adultos, contribuindo para que, por meio dela, essa formação seja plena e fortaleça a capacidade de resiliência, imprescindível para transformar adversidades em possibilidades. Entende-se também que é fundamental fazer os jovens e adultos perceberem que a leitura é uma prática importante que poderá ajudá-los em conquistas palpáveis. (PELISER, p. 02).

Igualmente, percebe-se ainda que o acesso ao que existe de melhor na literatura é escasso e limitado à classe trabalhadora, e aqui, em especial à classe trabalhadora feminina. Além disso,

em Cultura de Massa e Cultura Popular, o seu contato próximo com as mulheres, em tom de confiança e em pé de igualdade, à escuta dos relatos pessoais de vidas que enfrentam a opressão tecnológica, social, econômica, o confronto com o masculino, torna pungente perceber que elas não podem ler, ou não conseguem, ou não chegam, aos grandes livros que dão tanto sentido às nossas vidas. [...] O profundo respeito de Ecléa pelas operárias atravessa todo o livro. Ela faz denúncias, e as mostra destituídas de oportunidades, mas não de conteúdo. Muitas das entrevistas, ou os relatos de leituras, diz Ecléa, escapam à simplificação e estereótipos do material que elas lêem: são carregados de poesia, centram-se nas trocas e conversas íntimas que têm entre si, pulsam com o desejo de ampliar o saber e o universo. (MINDLIN, p. 2008, p. 31).

Negar a fruição da leitura é negar o direito a ser humano. O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que ela mantém com dureza a escassez das possibilidades de usufruir a cultura, a arte e a literatura, tratando-as como se fossem bens supérfluos, compreensíveis e/ou desnecessários. Nas palavras de Candido (2004, p. 1988) “em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade”. Nesse viés,

para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população[...]

vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante. [...] Utopia à parte, é certo que quanto mais igualitária for a sociedade, e quanto mais lazer proporcionar, maior deverá ser a difusão humanizadora das obras literárias, e, portanto, a possibilidade de contribuírem para o amadurecimento de cada um. (CANDIDO, 2004, p. 189).

Infere-se a urgência de canalizar políticas públicas de inclusão e incentivo literário. Em relação às iniciativas para a democratização da leitura de fruição, sabe-se que quando há um esforço, por parte do estado, dos governos e da sociedade civil em promover programas e políticas públicas de acesso ao livro e aos bens culturais, há um aumento sensível do hábito de leitura. Atualmente no Brasil,

há inúmeros programas de leitura, governamentais ou não, que multiplicam-se em institutos culturais. Mas uma revolução nos investimentos seria necessária, buscando qualidade e extensão do sistema educacional, para que uma tradição de leitura e escrita fosse construída, desde a mais tenra infância, atingindo todos os brasileiros, impedindo que decisões de política cultural sejam ditadas apenas pelas leis de mercado. (MINDLIN, ano, p. 31).

Como exemplo do que poderia ser feito, Antônio Candido reflete sobre a atuação de Mário de Andrade¹³ como Chefe do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, entre os anos de 1935 a 1938. O período foi marcado por uma forte organização cultural, direcionada especialmente ao público mais amplo possível. Ocorreu a remodelação em larga escala da Biblioteca Municipal de São Paulo, a criação de bibliotecas ambulantes em furgões que estacionavam nos diversos bairros, concertos de ampla difusão, com orquestra sinfônica, corais, trio instrumental e entre outros – todas essas atividades eram destinadas a todo o povo e não apenas a grupos restritos.

Outro exemplo muito notório diz respeito à Itália. De acordo com Candido (2004), tempos atrás foi aprovada em Milão uma lei que garantia aos operários um certo número de horas de trabalho destinado para o aperfeiçoamento cultural em matérias que os próprios trabalhadores poderiam escolher. Ao ser implementada a lei, a expectativa era de que a maioria usaria a oportunidade para melhorar o seu nível profissional, por meio de novos conhecimentos ligados à sua respectiva área de atuação. Porém, o que grande parte dos operários escolheu foi aprender bem a sua língua, conhecer a literatura

¹³ Mario de Andrade foi um poeta, musicólogo, crítico e fotógrafo brasileiro. Em 1928, publicou o romance *Macunaíma*. Catalisou a entrada da nação na modernidade artística.

italiana e aprender a tocar violino. Portanto, universalizar estes bens é ultrapassar a barreira da estratificação social e reduzir as distâncias impostas pela desigualdade.

Desse modo,

Antônio Candido, em uma palestra acerca do direito à literatura, defende que para termos um equilíbrio social é necessário que a população tenha acesso à literatura, uma vez que esta causa inquietações ao trazer problemas relacionados com a sociedade geral. O confronto dialético entre a leitura realizada com a realidade vivida leva o leitor a pensar criticamente sobre sua realidade e agir sobre ela. (DUARTE, 2016, p. 2).

Na concepção de Feitosa (2017), a literatura reflete a realidade social de um povo em uma determinada conjuntura, através de valores, conceitos, costumes e ideais, de forma que é possível dialogar e compreender o mundo através da literatura, facilitando o entendimento do comportamento e dos conflitos humanos. Consequentemente, se a nossa sociedade desigual não segregasse as pessoas e impedisse a difusão dos produtos culturais, especialmente os eruditos, todos os bens culturais poderiam ser usufruídos, resultando em meios de amadurecimento pessoal e intelectual. Lutar pelo acesso e pela garantia aos diferentes níveis de cultura é um pressuposto na luta pelos direitos humanos, uma vez que a privação da fruição da arte e da literatura fere a promoção de uma sociedade justa e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que faz andar a estrada?

É o sonho.

Enquanto a gente sonhar a estrada

permanecerá viva.

*É para isso que servem os caminhos, para
nos fazerem parentes do futuro*

Mia Couto

Ao finalizar a construção da presente monografia, é necessário fazer um apanhado das colocações que foram postas, do estudo que foi desenvolvido e das possibilidades auspiciosas que a elaboração deste trabalho corroborou em quem redige. Parte da realização deste trabalho aconteceu por autêntico interesse, tendo em vista a aproximação afetiva entre o objeto de estudo e a pesquisadora. Sendo assim, uma vez que conclusões existem, também, para divagar sobre o tema em questão, pensa-se que é importante deixar o exercício da imaginação para o leitor, sem rigor técnico, mas com a intenção de suscitar reflexões, análises e, porque não, exprimir ideias que venham a se concretizar na realidade social.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dialogou com as produções de Antônio Candido, expondo que o contato com o universo da literatura permite debater discussões sociais e potencializar cidadãos críticos, que pensam o que vivem. Uma vez que os livros podem se constituir enquanto ferramentas de denúncia social de quem, muitas vezes, possui a sua palavra silenciada e inviabilizada por estruturas dominantes que tampouco se veem a olho nu. Além disso, buscou-se nos escritos de Candido o viés da literatura como um direito de todos, mas que, no entanto, ainda é limitado pela sociedade de classes. Especialmente no Brasil:

Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo. Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza. (YAZBEK, 2012, p. 292).

Assim, a Literatura relaciona-se com a cidadania na medida em que é capaz de incorporar as contradições da realidade social, desenvolvendo um novo direcionamento que não o da ideologia dominante e fazendo com o que leitor possa ter um posicionamento mais crítico em relação às suas próprias vivências. Todavia, a impossibilidade de uma organização justa da sociedade não permite o desenvolvimento do hábito da literatura na maioria das pessoas e, sobretudo, naturaliza-se que diante da ausência desse hábito ele sequer faria falta! Por conseguinte, a limitação da fruição da leitura ocorre, na maioria das vezes, por consequência da desigualdade social.

A falta de condições para a leitura seja devido à condição de pobreza aliada à falta de tempo, interpela a condição de cidadania. É inviável discorrer sobre a possibilidade de usufruir plenamente da literatura sem recorrer à compreensão da desigualdade social e da divisão social do trabalho. Isso fica evidente quando se percebe o quão caro são os livros no Brasil, o que faz com o que o mercado editorial produza poucas tiragens das publicações devido a pouca compra, encarecendo o livro e afastando o leitor. De acordo com uma pesquisa feita pela Agência Brasil (2012), de 2012 para 2019 a porcentagem de leitores no Brasil caiu de 56% para 53%. [...] A pesquisa mostra ainda uma séria de dificuldades de leitura, 5% dos leitores disseram não ter lido mais porque os livros são caros, e, 7% não leram porque não há bibliotecas por perto.

Para fundamentar a literatura como um direito de cada cidadão, também buscou-se as contribuições de Marshall (1967), que dividiu o conceito de cidadania em três partes:

a) a conquista dos direitos civis, compostos pelos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, de expressão, de manifestação, de pensamento, de crença religiosa, de propriedade; b) a conquista dos direitos políticos, direito a participar no pleno exercício do poder político como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo; c) a conquista dos direitos sociais, que se referem desde a um direito a um mínimo existencial de bem-estar econômico, a previdência, ao direito de participar, inteiramente na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Para explorar ainda mais o objeto de pesquisa, que compunha-se em compreender o potencial da literatura na constituição dos sujeitos, foi necessário entender a importância da literatura como ferramenta de lazer, através da chamada: leitura de fruição. Nesse sentido, a obra de arte – e, do mesmo modo, qualquer outro

produto – cria um público sensível à arte e capaz de sentir prazer na beleza. Por conseguinte, a produção não cria apenas um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto (MARX; ENGELS, 1971, p. 60). Desse modo, a Literatura é capaz de, além de possuir sua natureza estética, atrair o leitor para questões humanas das quais ela mesma foi influenciada. Isso evidencia a estreita relação entre a literatura e sociedade.

No intuito de compreender quem eram os sujeitos que possuem pouco ou quase nenhum direito de usufruir a literatura, recorreu-se ao livro *O Pobre na Literatura*. O livro canalizou a construção da imagem do sujeito que precisa ter direito a Literatura, haja vista que se evidenciou que o pobre na literatura não é leitor, mas sim sujeito de necessidades elementares, dada a extrema pauperização que nutre a sociedade de classes. Com isso, foi possível estabelecer aproximações com a materialidade da vida cotidiana da classe trabalhadora, sobretudo compreendendo os pressupostos teórico-críticos que incidem neste cotidiano através das dimensões econômicas, políticas e socioculturais, refletindo sobre o que envolve e articula as situações que explicitam as injustiças sociais e que tanto acentuam o fenômeno da desigualdade social.

Embora não tenha sido objeto do presente Trabalho de Conclusão de Curso, vale afirmar que o Serviço Social orienta-se através de um Projeto ético-político que aposta no avanço da democracia e, fundamentado nos princípios da participação, controle social e defesa dos direitos busca alcançar a justiça social e a equidade como consequência do enfrentamento das desigualdades sociais. Para a efetivação de uma democracia para além dos moldes burgueses, o Código de Ética articulou em seus princípios: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993). Sendo assim, compreende-se que a Literatura, associada aos processos de trabalho nos quais os (as) assistentes sociais se inserem, pode possibilitar que o Projeto ético-político da profissão ganhe materialidade em uma ordem prática: mostrando como o (a) assistente social pode contribuir para que cada cidadão possa constituir uma vida mais justa e igualitária.

Nota-se que existe uma relação limiar entre o direito a literatura e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual possui como base a teoria social crítica: em que a dimensão humana tem por finalidade fortalecer processos sociais emancipatórios e potencializar os sujeitos, compreendo-os como sujeitos de Direitos inseridos em um sistema econômico e político que, historicamente, nega a sua condição. Esse mesmo sistema econômico também não é capaz de priorizar as pessoas em detrimento do

mercado. É, portanto, legítima a preocupação em fomentar o impacto intelectual que este acesso pode oferecer para uma categoria profissional eminentemente interventiva, a qual se atribui dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, uma vez que apenas a perspectiva crítica é capaz de superar o modo irrefletido de conhecer o mundo.

O que se deixa para reflexão do leitor é a possibilidade contida na literatura de influenciar todos os sujeitos que são capazes de ter uma inserção ativa em sua realidade. Desse modo, a literatura apresenta-se como um instrumento de trabalho profissional, com capacidade de ir para dentro dos CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), dos processos organizativos junto aos movimentos sociais e entre outros. Por fim, é essencial fortalecer processos sociais emancipatórios por meio da arte, indo ao encontro do Projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que tal profissão envolve em sua atuação valores éticos comprometidos com a democratização do saber, com a emancipação humana e a justiça social. Portanto, espera-se que o horizonte deste trabalho possa ampliar conhecimentos que tratem destas nuances. Sobretudo, a autora se sentiria satisfeita se o esforço de sua pesquisa abrisse perspectivas para propiciar a compreensão da importância da democratização da leitura.

REFERÊNCIAS

AMMAN, Safira Bezerra. Participação Social. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.

Bosi, E. (1977). *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias* (3a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

CANDIDO, Antônio. Vários escritos. 3 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995. Acesso em: 21 de out. 2021.

_____. “O direito à Literatura”. In: Vários escritos. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul, 2004, p. 169-191.

_____. Vários escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul., 2011.

Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. Perspectivas. São Paulo. 1999.

CRISTIANI, Gláucia Maria Saia; MORAES, Juliana de Souza; CASTRO, Maria Alice Soares de. Sistema para geração automática de ficha catalográfica para teses e dissertações: mais autonomia para o usuário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERISTÁRIAS, 17., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**. 2010.

DUARTE, Maiza Batista de Oliveira; MATEUS, Elaine Cristina. **A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ: Uma Revisão de Literatura**. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/RESUMO/SABERES%20E%20PRATICAS/A%20CONTRIBUICAO%20DA%20LITERATURA%20PARA%20A%20FORMACAO%20CIDADA.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FEITOSA, Juliette Freire. William Shakespeare e o direito: a interpretação legal na obra “medida por medida”. João Pessoa: UFPB, 2017. Monografia de Graduação defendida em Direito, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2017.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 16 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 16 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989 apud OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio

supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 80. São Paulo: Cortez, 2004.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ITAU SOCIAL (Brasil). CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

LAJOLO, Marisa. O que é Literatura. 1ª ed. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1892.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sobre Literatura e a Arte. 1 ed. Lisboa: Estampa, 1971.

MINDLIN, B. Leituras de operárias. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 29-33, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41947>. Acesso em: 31 jul. 2022.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

PELISER, Elenice. **A PRÁTICA DA LEITURA DE FRUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 2015. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Cerfead, Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINSKY, Jaime. História da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PORFIRO, José Cláudio Mota. Literatura de Cordel, educação e formação da consciência crítica. Campinas: FEC, 1999. Tese doutorado defendida em Educação, Faculdade de Educação de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em: Acesso em: 25 mai. 2022.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 452.

RIVAS, Edelberto Torres. Poblaciones indígenas y ciudadanía: elementos para a formulação de políticas sociales em América Latina. In: BALODANO, Andrés Pérez (Coord.). Globalización, ciudadanía y política social en América Latina: tensiones e contradicciones. Caracas: Nueva Sociedad, 2007.

SCHERER, Giovane Antonio. **ABRINDO AS CORTINAS A arte e o teatro no reconhecimento de Juventudes e Direitos Humanos**. 2010. 38 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; LOUREIRO, Patrícia (Org.). Cidadania: novos temas, velhos desafios. Ijuí: Unijuí, 2009.

SOUZA, Warley. "23 de abril - Dia Mundial do Livro"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-livro-valorizar-preciso.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

TOKARNIA, Mariana. **Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos**. 2012. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos#:~:text=De%202015%20para%202019%2C%20a,de%20193%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros..> Acesso em: 06 jul. 2022.

WRIGHT MILLS, Charles. Imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, junho 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2022.

XVI SEMANA DA EDUCAÇÃO, 2015, Londrina. A Contribuição da Literatura para a Formação Cidadã: **Uma Revisão de Literatura**: Maiza Batista de Oliveira Duarte. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. 5 p. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/RESUMO/SABERES%20E%20PRATICAS/A%20CONTRIBUICAO%20DA%20LITERATURA%20PA>.